

newsnotb 80

Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários

FEVEREIRO 2023

Rede
Escolha
Informada
(REI)

a sua
Cirurgia
a custo **ZERO**





Tiago Teixeira
Diretor Nacional, Pelouros
Marketing e Comunicação

Rede Escolha Informada: se necessitar de uma cirurgia, pode fazê-la a custo zero!

Na sua reunião de 29 de novembro, o Conselho Geral do nosso Sindicato aprovou um conjunto de medidas no âmbito do SAMS Quadros de que já aqui demos conta na edição de dezembro desta newsletter. Recordo que se aprovou a subida até 80% do valor da tabela base do valor da comparticipação (complementaridade interna e beneficiários/cônjuges apenas com SNS); e que se renovou a suspensão dos pagamentos adicionais até dezembro de 2023.

Nessa mesma edição desta newsletter, o presidente do SNQTB, Paulo Gonçalves Marcos, referiu que no âmbito da Rede Escolha Informada (REI) se iria igualmente introduzir algumas “novidades importantes” que reforçariam as vantagens. E acrescentava que dentro de algumas semanas, não muitas, se revelariam os detalhes.

A REI, recordamos, é uma solução inovadora que foi criada pelo SNQTB em 2018 e que veio permitir aos beneficiários do SAMS Quadros beneficiar de condições especiais numa rede selecionada de entidades.

Cinco anos depois, a REI dá um passo adicional e, como se detalha nesta edição, oferece a possibilidade aos beneficiários de, em determinadas circunstâncias e nos prestadores identificados, fazerem as suas cirurgias a custo zero!

Com esta iniciativa, o nosso Sindicato procura maximizar o retorno aos nossos sócios, bem como mitigar os efeitos da inflação, numa altura particularmente crítica para todos.

Somos o melhor Sindicato; aquele que mais retorno presta aos sócios e às suas famílias. Somos a força liderante, orgulhosos das nossas quatro décadas de história. Somos o maior Sindicato de bancários no ativo em Portugal. Com muito orgulho!

Por falar em liderança sindical, continuamos a trabalhar ativa e empenhadamente para que seja corrigida a injustiça perpetrada com a exclusão de muitos bancários reformados do complemento excecional a pensionistas. Como se dá conta nesta edição, estamos a desenvolver um conjunto de iniciativas e de intervenções. Presidente, Governo, Assembleia da República: todos já compreenderam que se cometeu uma injustiça. Resta corrigi-la tão rapidamente quanto possível.

Pela via da negociação dos aumentos de 2022 e 2023, estamos também empenhados no sentido de que o processo negocial assegure a restituição do poder de compra perdido pelos bancários.

Como habitualmente, marcamos encontro, desde já, no próximo mês. Boas leituras!



Sindicato Nacional dos Quadros e
Técnicos Bancários

Rua Pinheiro Chagas, 6 - 1050-177 Lisboa

Diretor: Tiago Teixeira.
Edição, redação e design: SNQTB.
Periodicidade: mensal.
Tiragem: 22.000 exemplares.

- 213 581 800 - Linha de Apoio ao Sócio
- 213 581 888 - Assistência Domiciliária e Aconselhamento Médico Telefónico
- 213 581 880 - Serviço de Vídeo-Consulta
- 213 581 855 - Serviço de Orçamentos
- 213 581 818 - DJUCL - Departamento Jurídico e de Contencioso Laboral
- 239 838 745 - Apartamentos FSB
- 213 581 855 - Rede Escolha Informada

CONTACTOS DAS DELEGAÇÕES:

Aveiro
234 383 267 – aveiro@snqtb.pt

Braga
253 613 351 – braga@snqtb.pt

Coimbra
239 838 745 – coimbra@snqtb.pt

Covilhã
275 314 290 – covilha@snqtb.pt

Faro
289 882 538 – faro@snqtb.pt

Funchal
291 238 980 – funchal@snqtb.pt

Leiria
244 813 563 – leiria@snqtb.pt

Lisboa
213 581 800 – lisboa@snqtb.pt

Ponta Delgada
296 286 118 – pdelgada@snqtb.pt

Porto
222 076 600/8 – porto@snqtb.pt

Ribatejo/Oeste
243 093 030 – ribatejo.oeste@snqtb.pt

Setúbal
265 091 000 – setubal@snqtb.pt

Viseu
232 093 100 – viseu@snqtb.pt

Dias úteis das 9h às 18h.
Chamada para a rede fixa nacional.

www.snqtb.pt
www.facebook.com/snqtb
www.instagram.com/sindicato_snqtb



Complemento excecional a pensionistas: SNQTB reúne-se com o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais



No dia 23 de janeiro, o nosso Sindicato reuniu-se com o senhor secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF) e com o seu gabinete, por delegação do senhor ministro das Finanças. Na agenda desta reunião esteve o tema, ainda em resolução, do complemento excecional a pensionistas.

Esta reunião com o SEAF ocorreu depois da nossa ida à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão da Assembleia da República para expor o tema, sempre com a injusta exclusão dos pensionistas bancários na agenda.

Neste encontro de trabalho, as duas partes renovaram a concordância de reparar a exclusão dos pensionistas bancários quanto ao pagamento deste complemento excecional. Nesse contexto, o nosso Sindicato alertou para a necessidade de se assegurar que todos serão incluídos, nomeadamente os beneficiários de fundos de pensões de bancos que cessaram as operações em Portugal, ou aqueles que recebendo pensões, constituídas antes e depois de 2011, não viram relevados os anos de serviço prévios à integração na Segurança Social.

Pela complexidade da operação; pela imperiosa necessidade de não deixar ninguém excluído; pelo imperativo de assegurar que nenhum dos pensionistas abrangidos pelo apoio extraordinário dos 125€ é prejudicado relativamente aos demais pensionistas bancários, entre outras considerações, o SNQTB continuará a trabalhar no desenho técnico da solução em colaboração com o SEAF e a sua equipa.

Complemento excecional a pensionistas: SNQTB foi ouvido pela Comissão de Orçamento e Finanças

Na sequência das diversas diligências que temos vindo a tomar junto da Assembleia da República, relativamente à atribuição aos bancários reformados do complemento excecional a pensionistas, realizou-se no dia 2 de fevereiro uma audição na Comissão de Orçamento e Finanças (COF).

Recorde-se que, conforme foi referido na edição anterior desta newsletter, o nosso Sindicato já havia sido ouvido na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, no âmbito da petição pela atribuição a todos os trabalhadores bancários reformados do referido complemento.

Nesta audição na COF, reiterámos que urge reparar a injusta exclusão dos pensionistas bancários quanto a uma medida de apoio de natureza estritamente orçamental.

Efetivamente, como é sabido, desde a primeira hora que o nosso Sindicato liderou este assunto, alertando os diversos intervenientes (nos poderes executivo e legislativo, bem como o senhor Presidente da República e a senhora Provedora de Justiça) para o facto de os bancários reformados estarem a ser alvo de uma incompreensível discriminação.

Nesta audiência, atualizámos toda a informação disponível, assim permitindo que os senhores Deputados que integram a COF disponham de todos os dados que permitam a sua devida intervenção, nomeadamente a nível legislativo, face à questão jurídica e cívica, subjacente a esta discriminação dos pensionistas bancários.

Sublinhámos ainda que, nas últimas semanas, existiram progressos importantes sobre esta matéria nomeadamente da parte do senhor ministro das Finanças, que reconheceu a necessidade de se corrigir esta situação e lembrou (como o SNQTB sempre afirmou) que a natureza do apoio assumiu um carácter não contributivo, pois resultou de uma transferência do Orçamento do Estado, com origem na receita geral de impostos e não do regime da Segurança Social.

E que, nesse contexto, em 23 de janeiro, o nosso Sindicato foi recebido pelo senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF), tendo sido reiterado o firme compromisso para a solução desta situação, que se encontra a ser operacionalizada e que se aguarda que seja implementada em breve.

Esta audição na COF constituiu mais um importante passo no caminho para a solução desta injustiça e para a efetiva atribuição aos bancários reformados do complemento excecional a pensionistas.

O nosso Sindicato continuará a tomar todas as medidas necessárias para a defesa dos nossos sócios, trabalhando com o Governo e a Assembleia da República, até à efetiva e integral resolução deste assunto.



SEMANÁRIO SOL

Paulo Gonçalves Marcos
10 de fevereiro

Aumentos salariais [2022]:

Existe um dispositivo consagrado na lei para a resolução e a mediação de conflitos, onde supostamente o Ministério do Trabalho, através da DGERT, tem um papel de árbitro e lhe compete fazer uma proposta que seja racional. A nossa esperança é que todo este dispositivo seja realmente efetivo – ficaríamos muito desconfortáveis se houvesse algum tipo de interferência governamental ou outra que afetasse a capacidade e independência da DGERT.

Aumentos salariais [2022 e 2023]:

Em 2022 os bancos tiveram resultados recorde face aos últimos 17 anos. Com uma inflação média anual de 7,8%, não faz sentido os bancos persistirem em 1,1%. Para 2023 fizemos uma proposta de aumentos de 6,25%. Os bancos responderam com 2,5% e na segunda ronda negocial continuaram com 2,5%, apesar de uns dias antes, não sei se na sequência das nossas manifestações, terem feito um adiantamento por conta das negociações de 4% sobre as tabelas base.

Aumentos salariais [2022 e 2023]:

Estamos a negociar para os 50 mil bancários que estão no ativo e para os 50 mil reformados da banca, o que impacta em 100 mil pessoas e respetivas famílias. Admito que perto de 300 mil pessoas são impactadas pelo resultado das negociações.

Repartição da rendibilidade:

Será moralmente inaceitável que com as margens financeiras finalmente em terreno positivo, a rendibilidade deste acréscimo fosse apenas para benefício dos acionistas. Tem de ser para benefício dos acionistas, obviamente, mas também para os trabalhadores.

Subida das Euribor:

Este problema da subida das Euribor para 3,5% ou 4% tem um impacto direto, único e exclusivamente nos bolsos dos portugueses. Não vamos ter aqui a solidariedade europeia. Seria muito prudente que as autoridades monetárias portuguesas, supervisor e os agentes políticos, sensibilizassem Bruxelas para a especificidade portuguesa e que desenhassem um plano de contingência.

Aumentos salariais [2022 e 2023]:

Para nossa surpresa, apesar de alguns bancos já terem feito um adiantamento de 4% aos trabalhadores no ativo e só sobre algumas das rubricas remuneratórias, na ronda oficial seguinte mantiveram os 2,5%. Imagino que isto seja uma forma de pressão, diria desajustada e desapropriada no sentido de manterem as expectativas baixas. Isto, numa altura em que os bancos felizmente estão a apresentar aumentos de lucros.

Repartição da rendibilidade:

É preciso repartir a rendibilidade dos bancos por aquilo que são os intervenientes numa economia social de mercado: trabalhadores e clientes. Não deixamos de estar atentos às recentes declarações do governador do Banco de Portugal. Primeiro, que existe margem para baixar as comissões. Tenho a certeza de que os banqueiros tomaram nota. Segundo, que há espaço e era desejável aumentar a remuneração dos depósitos.

Repartição da rendibilidade:

Com a inflação em valores altos, as poupanças não estão a ser remuneradas. O governador do Banco de Portugal tem a faca e o queijo na mão, mas o setor tem claramente capacidade de se regenerar e de se autorregular. É mais sensato o setor fazer isso do que ficar à espera de uma iniciativa legislativa que provavelmente será muito mais desproporcional do que o setor faria ou deveria fazer se fizesse isso por antecipação. Espero que o governador seja mais consequente, mais afirmativo, e que os bancos remunerem os trabalhadores de forma adequada e que remunerem os seus depositantes.

Rede Escolha Informada (REI)

a sua
Cirurgia
a custo **ZERO**

Para maximizar o seu retorno e mitigar os efeitos da inflação.

Oferta válida até 31 de dezembro de 2023, podendo vir a ser renovada nessa altura.



- Operação às cataratas.
- Excisão de pequenos tumores benignos ou quistos subcutâneos excepto região frontal e face.
- Artrotomia ou artroscopia com tratamento de lesões articulares circunscritas.
- Remoção vesícula biliar.
- Excisão de lesões benignas da região frontal da face e mão, passíveis de encerramento direto.
- Curetagem de verrugas ou condilomas.
- Sutura de ferida cutânea até 5 cm (adultos) ou 2,5 cm (crianças) excepto face e região frontal.
- Postectomia (circuncisão).
- Excisão de tumor profundo - anestesia local.
- Microcirurgia endonasal e /ou endoscópica bilateral.
- Tratamento de hérnia inguinal.

(Exemplos aleatórios de atos cirúrgicos com maior casuística.)

Para conhecer todas as condições associadas a esta campanha, consulte o Serviço de Orçamentos

213 581 855

(dias úteis das 9h às 18h, chamada para a rede fixa nacional).



entidades protocoladas



A Identidade Portuense: da Ribeira à Torre dos Clérigos através do Morro da Vitória

No dia 27 de janeiro, a delegação do SNQTB do Porto organizou uma nova edição do passeio sob o mote da identidade portuense, desta vez da Ribeira à Torre dos Clérigos, através do Morro da Vitória. Na imagem, o grupo de sócios e beneficiários que participaram neste evento:



ESCAPARATE



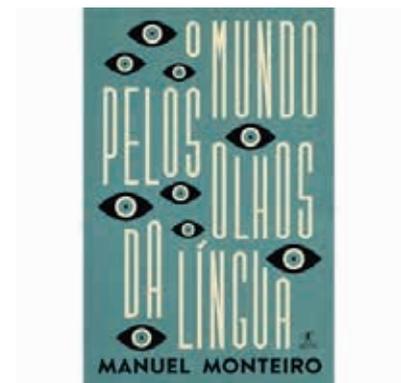
António José Vilela,
A Teia do Banif
(Casa das Letras, 2023).

Este livro revela algumas das histórias secretas do caso Banif através de centenas de documentos inéditos, escutas telefónicas e emails confidenciais. Esta é uma viagem de 15 anos aos acordos de cavalheiros, ao tráfico de influências, às offshores do dinheiro clandestino, às toupeiras na Polícia Judiciária e no Ministério Público, ao plano para dominar o primeiro banco português e aos bastidores das investigações judiciais portuguesas à elite política e económica angolana.



António Cândido Franco,
O Firmamento é Negro e Não
Azul: A Vida de Luiz Pacheco
(Quetzal, 2023).

Luiz Pacheco nasceu em 1925, em Lisboa. Filho único de uma família da classe média, desde cedo manifestou enorme talento para a escrita. Aos 25 anos fundou a Contraponto, editora onde publicou autores como José Cardoso Pires, Mário Cesariny, Natália Correia ou Herberto Helder. Nos últimos anos, doente, passou por lares de idosos e morreu em janeiro de 2008. Modelo comum do “escritor maldito”, a sua vida transformou-se ela própria em assunto literário, cheia de lendas que o próprio alimentava e que este livro revisita, investiga, redescobre e amplia.



Manuel Monteiro,
O Mundo pelos Olhos da Língua
(Objectiva, 2022).

Novo livro de Manuel Monteiro, em defesa da língua, contra as falácias e os erros que a dominam. O autor gosta da língua portuguesa. Gosta particularmente quando é bem falada – o que nem sempre acontece na forma como nos expressamos no nosso quotidiano ou mesmo naquilo que ouvimos na televisão e na rádio. Manuel Monteiro ensina-nos a pensar com clareza e a evitar determinadas falácias e erros comuns no nosso discurso. Porque pensamento e linguagem são indissociáveis, e quando um é claro, o outro é claríssimo.

FSB Cursos de Verão 2023

Esta é a altura em que habitualmente disponibilizamos algumas propostas de cursos de verão. Este ano, e tentando responder a múltiplas sugestões e manifestações de interesse recebidas, a Fundação Social Bancária decidiu diversificar um pouco mais a oferta de cursos, pelo que se propõem três opções, duas em Inglaterra, Cranbrook (condado de Kent) e Londres, e uma em Dublin, na Irlanda.



CRANBROOK SCHOOL

Cranbrook é uma pequena vila no coração do condado de Kent, a cerca de uma hora a sul de Londres, entre Tunbridge Wells e Ashford, com fácil acesso aos principais aeroportos.

Parte importante do programa são as aulas de língua inglesa, a decorrerem durante as manhãs, de segunda a sexta-feira, num total de 20 lições semanais. Apostando em pequenas turmas multinacionais com o máximo de 15 alunos, procura-se que os estudantes comuniquem sempre em inglês, através de diferentes lições e atividades que estimulam e encorajam a prática da língua. Os estudantes realizarão ainda diversas excursões incluindo a Londres e Brighton, ou a Canterbury e Hastings.

- **Data:** de 30 de julho a 13 de agosto de 2023
- **Idades:** 12/17 anos
- **Preço:** 2.155€ por participante



ALDENHAM SCHOOL

Aldenham é uma pequena localidade situada a noroeste de Londres, que beneficia de uma localização privilegiada, bem próxima da capital e rodeada pela paisagem rural de Hertfordshire. A curta distância de Watford e do Aeroporto de Heathrow, Aldenham fica a cerca de 30 minutos do centro de Londres, de metro ou comboio.

As aulas de língua inglesa são lecionadas em pequenas turmas multinacionais com um máximo de 15 alunos, compostas de acordo com o seu nível de conhecimento, num total de 15 horas semanais. Para ocupação do restante tempo livre, está programado um conjunto de atividades desportivas e recreativas de forma a incentivar o convívio entre todos os participantes.

- **Data:** de 16 a 30 de julho de 2023
- **Idades:** 10/17 anos
- **Preço:** 2.840€ por participante



UNIVERSITY COLLEGE DUBLIN

O campus da University College Dublin (UCD) situa-se em Belfield, a curta distância do centro de Dublin e a cerca de 40 minutos do aeroporto. Esta é a oportunidade única de conhecer Dublin, a capital e maior cidade da República da Irlanda, local de inúmeros museus, monumentos e festivais

O curso de língua inglesa irá ocupar as manhãs ou as tardes, em diferentes semanas, compondo sempre um total de 20 lições semanais. As aulas serão dadas em turmas multinacionais e por professores credenciados que encorajam sempre a prática da língua dentro e fora da sala de aula. Para além do ensino, haverá um completo programa recreativo. As atividades no campus serão dedicadas a diversos desportos, dando a conhecer alguns dos jogos tradicionais irlandeses.

- **Data:** de 15 a 29 de julho de 2023
- **Idades:** 11/17 anos
- **Preço:** 2.470€ por participante

Para mais informações, contacte Cristina Martinho ou Ana Paula Amaral, através dos números 213 581 890/91 (dias úteis das 9h às 18h, chamada para a rede fixa nacional), ou através do email fsb@fsb.org.pt. Pode ainda consultar o website da FSB em www.fsb.org.pt.



Paulo Gonçalves Marcos

Presidente da Direção do SNQTB

Romper o ciclo de empobrecimento

Recentemente, em sede de Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social da Região Autónoma da Madeira, conseguimos um acordo muito relevante em matéria de política de rendimentos no que concerne ao salário mínimo regional. Todos os parceiros reconheceram a especificidade regional e o que isso acarreta em termos de condições de vida, mais onerosas para uma família média, do que em regiões de similar desenvolvimento no continente.

Digo que foi um acordo muito relevante porque não se focou num exercício de propaganda, mas antes num trabalho profundo e numa visão consensual de todos os parceiros sociais. Nesta Comissão Permanente estão todos representados; não estão apenas os amigáveis ou os escolhidos pelo poder.

O esforço de valorização dos trabalhadores, contudo, para a União dos Sindicatos Independentes (USI), não se esgota no salário mínimo, mas deve ter como meta aumentar os salários médios e medianos da economia, seja a regional seja a portuguesa, como um todo.

Com a estagnação nos últimos 20 anos dos salários dos trabalhadores mais experientes e qualificados, quiçá com as empresas maiores numa visão de maximização de lucro, dentro de poucos anos o salário mediano e o mínimo serão iguais.

E se 100 mil portugueses, mais de metade deles jovens e muito qualificados, emigram todos os anos, não é tanto pelos salários de entrada (comparativamente baixos face aos salários dos profissionais jovens dos países do centro e norte da Europa), mas acima de tudo porque eles olham para aquilo que acontece aos seus pais e à sua geração: estão estagnados, em termos de salários nominais, nos últimos 20 anos; são vítimas de reestruturações violentas, cada vez mais a incidirem em faixas etárias mais novas (não raro várias empresas multinacionais dizem, anualmente, os trabalhadores acima dos 45 anos) e mesmo o acesso universal a cuidados de saúde começa a ser colocado em causa.

Os trabalhadores têm de se mobilizar, mesmo aqueles que foram educados a pensar que a rua era só para alguns. A rua é de todos.

Os jovens emigram porque percebem que em Portugal serão maltratados, como são aqueles que têm um par de décadas de experiência nas suas profissões. Numa economia cujos empresários clamam alto por facilidades de imigração, de preferência para trabalhos braçais e desqualificados, os jovens fazem aquilo que seus pais ainda não tiveram coragem: vão-se embora.

Por isso, não basta ao Governo dar passos, tímidos por ora, no sentido certo: proclamar o desiderato de aumentar os salários e relevar a contratação coletiva. É preciso fazer mais. É preciso romper o ciclo de empobrecimento e sul-americanização a que nos querem condenar.

Os trabalhadores têm de se mobilizar, mesmo aqueles que foram educados a pensar que a rua era só para alguns. Mas a rua é de todos: dos professores, dos bancários, dos enfermeiros, dos médicos, entre tantos outros. Porque o direito à indignação é dos direitos mais nobres de cidadania e um legado geracional que nos deve orgulhar.

Um esforço que requer um sistema de incentivos fiscais ambicioso para que os salários pagos aumentem para todos os trabalhadores (e não apenas para aqueles muito jovens e demasiado mal pagos e que as empresas precisam de reter a todo o custo; ou para as equipas de gestão de topo). Não precisamos de incentivos fiscais tímidos (como constam no OE para 2023), mas de um pacote que abranja todos os trabalhadores, especialmente aqueles que não têm idade para emigrar e que têm mais de dez anos de carreira.

Precisamos, igualmente, de dificultar os despedimentos coletivos (onde somos uma autêntica república das bananas, pela sua facilidade) e requerer justificação económica fundamentada nas denúncias de acordos coletivos. Não me canso de o repetir, temos igualmente de fazer ver às empresas que aumentar salários acima da inflação, para todos os trabalhadores, e não apenas os bónus para os gestores, é boa política, para isso usando as ferramentas de incentivos fiscais.

Simplex.